CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1017/87

INTERESSADA :- FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO.

ASSUNTO :- Consulta sobre representação discente

RELATOR :- Cons° Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá

PARECER CEE N° 1316/87 APROVADO EM 09/09/87

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO:

Devido à divergência ocorrida entre os órgãos superiores da FFCL de São José do Rio Pardo e a presidência do Diretório Acadêmico "XV de Agosto", da mesma instituição, encaminha a direção desta, consulta ao Conselho Estadual de Educação a respeito da organização do D.A. e a representação estudantil, e solicita orientação sobre a redação a ser dada ao Regimento Interno, no item referente ao assunto.

2. APRECIÇÃO:

Relata o Sr. Diretor que: "Como é de praxe, e de acordo com o Regimento da Faculdade, o diretor, abaixo-assinado, fixou, no quadro de avisos, o Edital de convocação das eleições do Diretório Acadêmico "XV de Agosto", que deveriam se realizar no mês de maio.

Entretanto, alegando que a Lei n° 7.395 de 1985, assinada pelo Presidente da República, José Sarney e pelo Chefe de Gabinete Marco Maciel, dá direitos de organização aos órgãos de representação estudantil, os integrantes do Diretório Acadêmico se negaram a participar das eleições promovendo uma reunião dos representantes de classe e apelando para a prorrogação de seus mandatos.

.....

A Congregação dos Professores, com a presença de nove alunos representando a classe discente, votou favoravelmente, por ampla maioria de votos, pela manutenção do Regimento Interno da Faculdade, observando que as eleições deveriam ocorrer de acordo com o Edital fixado no quadro de avisos da Escola. Durante a reunião da Congregação foi proposto que após a realização das eleições do D.A. seria formada uma comissão de professores para que, junto às lideranças estudantis, se estudassem prováveis mudanças que poderiam ocorrer nos Regimentos da Faculdade ou do Diretório Acadêmico.

Em seguida a reunião da Congregação, realizada no dia 14 de maio, o Presidente do Diretório Acadêmico, Dante Artese da Silva, enviou ofício à direção da Faculdade reafirmando que as eleições não, seriam realizadas". (sic)

Continuando, relata o Sr. Diretor que o Presidente do D.A. "XV de Agosto" convocou uma Assembléia Geral dos alunos, para discutir e votar um Estatuto Provisório e tratar de outros assuntos.

Assim, foi aprovado um novo Estatuto, porém, alegando o Diretor da Faculdade que "com as decisões tomadas pelos membros do Diretório Acadêmico, desrespeitou-se o Regimento Interno da Faculdade e ainda uma decisão da Congregação dos Professores", classificando, ainda, os referidos membros, de insubordinados.

Como medida preliminar, fixou a direção da Faculdade um comunicado em todas as classes e quadros de avisos, alertando aos alunos que com o final do mandato da diretoria eleita, em 30 de maio, os alunos ficariam sem representação estudantil até o pronunciamento deste Conselho e que a Junta Governativa, eleita na Assembléia Geral para reger os destinos do D.A., até outubro de 1987, não será reconhecida como legítima, durante este período. Segundo o Diretor, essa medida foi tomada "para preservar as normas regimentais e soberania da Congregação dos Professores".

Por fim, solicita a direção, além de orientação sobre o procedimento a ser adotado, sugestões sobre a redação que deverá ser dada aos Artigos do Regimento Interno da Faculdade referentes à Representação Estudantil.

Encaminha o Diretor, anexo ao ofício ora comentado, cópia dos seguintes documentos:

- Edital de Convocação das Eleições, no prazo determinado pelo Regimento;

- Ofício enviado à direção da Faculdade onde o Presidente do D.A. afirma que o Edital da Faculdade não tem valor algum;

- Convocação para a Assembléia Geral dos alunos e

- Ofício enviado pelo então Presidente do D.A., no dia seguinte ao da reunião da Congregação dos Professores.

Analisando o Ofício de nº 03/87, que o Presidente do D.A. enviou ao Diretor da Faculdade consulente, manifestanda-se a respeito da convocação das eleições para o D.A. "XV de Agosto", transcrevemos o seguinte:

"1 - De acordo com a Lei nº 7.395 de 31 de outubro de 1985, o D.A. "XV DE AGOSTO" passa a ser uma entidade independente, desvinculando-se assim do TÍTULO VI, CAPÍTULO III, SEÇÃO IV do Regimento da Faculdade;

2 - Sendo assim, é de competência do Conselho Deliberativo do D.A. "XV DE AGOSTO" realizar as suas eleições;

3 - Desta forma, fica anulado automaticamente o Edital de Convocação para as eleições do D.A., feito, por esta Faculdade." (sic)

O Presidente do D.A. solicita, ainda no mesmo ofício, ao Diretor da Instituição, que encaminhe os livros de Atas das eleições da agremiação.

Do Edital de Convocação da Assembléia Geral Extraordinária do D.A. temos a comentar que o mesmo encontra-se em consonância com as normas legais pertinentes ao caso, cabendo-se apenas uma observação: conforme analisaremos detalhadamente mais adiante, o D.A. "XV de Agosto" deveria ser transformado em Diretório Central de Estudantes, tendo cada curso da instituição consulente um D.A., que represente seu Corpo Discente. Porém, dado o período de transição em que se encontra o aludido Diretório, e perfeitamente aceitável tal situação, por ora.

Finalizando a documentação anexada, encontramos o Ofício de nº 04/87, em que o Presidente do D.A. protesta pelo não cumprimento da Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985 e alerta sobre a conduta ilegal adotada pela Faculdade, qual seja, a de convocar eleições para o D.A., interferindo em seus assuntos internos.

Como se pode notar, a origem da divergência entre os órgãos superiores da Faculdade consulente e o Presidente do D. A. "XV de Agosto" está nos efeitos da Lei Federal nº 7.395, de 31 de outubro de 1987, que "dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior, e dá outras providências".

Dispõe a citada Lei:

"Art. 1º - A União Nacional dos Estudantes - UNE, criada em 1937, é entidade representativa do conjunto das Instituições de Ensino Superior existente no País.

Art. 2º - As Uniões Estaduais dos Estudantes - UEEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma instituição de ensino superior.

Art. 3º - Os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs são entidades representativas do conjunto de estudantes de cada instituição de ensino superior.

Art. 4º - Fica assegurado aos estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos - CAs ou Diretórios Acadêmicos - DAs como suas entidades representativas.

Art. 5º - A organização, o funcionamento e as atividades das entidades a que se refere esta Lei serão estabelecidas nos seus estatutos, aprovados em assembléia-geral no caso de CAs ou DAs e através de congressos.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 4.464, de 9 de dezembro de 1964, e na Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979." (os grifos são nossos)

A referência à Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, é excrecente, pois que a mesma foi expressamente revogada pelo Decreto-Lei nº 228, de 20.02.67.

Este, por sua vez, foi derogado pelos artigos 38 e 39 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e ab-rogado pela Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, que também refoga expressamente, os artigos 38 e 39 da referida Lei nº 5.540/68.

Antes, portanto, da edição da Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985, dispunha sobre o assunto a Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, e sua Portaria regulamentadora (Portaria MEC nº 1.104, de 31 de outubro de 1979).

A nova Lei (nº 7.395/85) revogou apenas as disposições em contrário ao que ela própria dispõe. Permanecem, pois, vigentes, os dispositivas da Lei nº 6.680/79 e da portaria MEC nº 1.104/79, que com ela não conflitam, e que adiante transcreveremos.

Verifica-se que a nova Lei cuidou tão-somente de nomear os órgãos de representação estudantil, desvinculando-os completamente das instituições de ensino, com estatutos próprios aprovados em assembléias ou congressos.

Não cuidou, a mesma, da representação discente nos órgãos colegiados das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior. Esta se encontra expressa na Lei nº 6.680/79 e P.N. nº 1.104/79, que, assim, continuam em vigor:

Da Lei nº 6.680/79:

"Art. 1º - O corpo discente dos estabelecimentos de ensino superior será representado nos órgãos colegiados acadêmicos com direito a voz e voto.

§ Único - A representação terá por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político/partidárias.

Art. 3º - Na forma dos estatutos e regimentos dos estabelecimentos de ensino, caberá ao Diretório Acadêmico a representação estudantil."

Da Portaria Ministerial nº 1.104/79:

"Art. 5º - Na forma dos estatutos e regimentos das instituições de ensino superior, caberá ao órgão de representação estudantil indicar seus representantes junto aos colegiados respectivos.

§ 1º - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão colegiado acadêmico.

§ 2º - Os representantes estudantis integrarão os colegiados acadêmicos na proporção de até 1/5 do total dos membros e terão mandato de um ano, permitida uma recondução".

O Regimento da FFCL de São José do Rio Pardo foi aprovado por este Colegiado, antes da edição da Lei nº 7.395/85, que entrou em vigor na data de sua publicação, nu seja, em 04 de novembro de 1985.

Assim, a partir de 04.11.85, as disposições regimentais, não apenas da Faculdade consulente, como também de todos os estabelecimentos de ensino superior do País, que conflitem com a Lei Federal nº 7.395/85, perderam sua eficácia; estão excluídas da órbita jurídica, não gerando efeito algum no "mundo do direito".

Deveriam todos os referidos estabelecimentos de ensino terem adaptado seus estatutos e regimentos à nova realidade jurídica.

A Faculdade em questão, assim procedeu.

Isto posto, legítima foi a atitude do Presidente do Diretório Acadêmico "XV de Agosto", que, no exercício pleno de seu "Jus Resistência", não se submeteu aos atos dos órgãos superiores da Faculdade, a saber, a Direção e a Congregação.

Diante disso, equivocou-se o Diretor da Instituição quando, em seu ofício a este Colegiado, classifica de "insubordinação" a atitude dos integrantes do D.A.

Como consequência dos efeitos da Lei nº 7.395/85, são nulos, de pleno direito:

- a decisão da Congregação em manter as disposições do Regimento Interno que conflitam com a citada Lei;

- o edital fixado nos quadros de aviso pelo Diretor da Faculdade, convocando eleições para o D.A., bem como quaisquer atos dele decorrentes, inclusive eventual eleição nele baseado.

Os órgãos superiores da Instituição deverão, de plano, reconhecer a Junta Governativa do D.A. "XV de Agosto", uma vez que se fundamenta em re-

forma estatutária realizada pelos estudantes, em assembléia-geral.

Os alunos continuam com o direito de serem representados nos órgãos colegiados, nos termos da legislação citada, sendo aplicadas ao caso, as disposições do Regimento Interno da Faculdade que não a contrariem.

O D.A. "XV de Agosto" deverá promover, junto a cada curso da Faculdade, a fundação de um D.A. ou C.A., com estatutos próprios e, registrados em cartório, devendo os alunos dos respectivos cursos elegerem suas diretorias.

Em seguida, em atendimento ao disposto no art. 5º, da Lei nº 7.395/85, deverá ser aprovado novo estatuto do Diretório existente, transformando-o em Diretório Central de Estudantes, pois que a Faculdade consulti e uma instituição de ensino superior com diversos cursos. Tal estatuto deverá também ser registrado em cartório, para que tal instituição adquira personalidade jurídica.

É de se ressaltar que neste período de transição, dever-se-á ter em vista a estreita colaboração entre os órgãos superiores da Faculdade e o D.A. e alunos, objetivando interesses maiores, quais sejam, o ensino, o desenvolvimento científico e tecnológico, enfim, o cultural, em seu sentido mais amplo.

Com referência à orientação sobre a redação que devera ser dada aos itens que tratam da representação estudantil, poderá constar do Regimento Interno da Faculdade o seguinte:

DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Art. ... - O conjunto dos estudantes desta Faculdade terá como entidade representativa o Diretório Central dos Estudantes.

§ 1º - A organização, o funcionamento e as atividades do Diretório Central dos Estudantes serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados na forma do Art. 5º da Lei nº 7.375/85.

§ 2º - Compete ao Diretoria Central dos Estudantes, nos termos deste Regimento, a indicação da representação discente junto aos órgãos colegiados da Faculdade.

Art. ... - Os alunos de cada curso terão direito à organização de seu respectivo Centro Acadêmico ou Diretório Acadêmico, como sua entidade representativa.

§ 1º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos serão estabelecidos nos seus respectivos estatutos, aprovados em assembléia-geral.

§ 2º - Compete aos Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos, nos termos deste Regimento Interno, a indicação da representação discente junto aos órgãos colegiados do curso.

Art. ... - A representação discente terá por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político partidária.

Art. ... - Os representantes estudantis integrarão os colegiados acadêmicos na proporção de 1/5 (um quinto) do total de membros.

Art. ... - O mandato dos representantes estudantis será de um ano, permitida uma recondução.

Art. ... - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão colegiado acadêmico.

A redação supra é apenas uma sugestão, pois não constam dos autos os elementos necessários a uma redação mais precisa.

3. CONCLUSÃO:

Responda-se, com a máxima urgência, à Faculdade consulente, nos termos deste Parecer.

Dê-se conhecimento, da mesma forma, ao Diretório Acadêmica "XV de Agosto", da referida instituição, sobre o inteiro teor do mesmo.

São Paulo, 22 de julho de 1987.

a) Consº Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 09 de setembro de 1987.

a) Consº JORGE NAGLE
Presidente